

## EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL COM BASE NA NBC T15

**Maria Livânia Dantas de Vasconcelos**  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
E-mail: [mlivania@hotmail.com](mailto:mlivania@hotmail.com)

**Márcio Sampaio Pimentel**  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
E-mail: [marciospimentel@gmail.com](mailto:marciospimentel@gmail.com)

Linha Temática: Controladoria no Setor Público

### RESUMO

Este estudo objetivou analisar como as empresas do setor de energia elétrica do Brasil, estão reportando os conteúdos de caráter ambiental em seus relatórios socioambientais, com base nas recomendações estabelecidas pela NBC T15. A amostra da pesquisa incidiu sobre um total de 24 (vinte e quatro) relatórios socioambientais, publicados em 2016 pelas companhias do setor de energia elétrica que participaram da iniciativa da BM&FBOVESPA, intitulada Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado 2016, afirmando que publicaram o Relatório Socioambiental do exercício 2015. Utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para coleta dos dados e com apoio da estatística descritiva e inferencial e da equação para cálculo do nível de *disclosure* foram realizadas as análises e interpretações dos dados. Os resultados da pesquisa demonstraram que a forma de evidenciação do tipo declarativa, ainda é preponderante nos relatórios socioambientais. Conclui-se através dos índices de *disclosure* encontrados, que as empresas investigadas apresentam um baixo nível de conformidade em relação às diretrizes ambientais emanadas pela NBC T15.

**Palavras-chave:** Evidenciação Ambiental; Relatórios Socioambientais; Empresas de Energia Elétrica.

### 1. INTRODUÇÃO

Uma das formas para evidenciar as ações ambientais e enaltecer o discurso sobre a sustentabilidade no contexto organizacional vem se refletindo através dos relatórios socioambientais (BARBIERI, 2007; HART; MILSTEIN, 2004; SILVA; REIS; AMÂNCIO, 2011). Esses relatórios configuram-se como instrumentos de comunicação e tem por objetivo reportar as ações e os resultados alcançados pelas organizações em relação às questões sociais e ambientais. Logo, podem e devem ser compreendidos como mecanismo de prestação de contas e como parte da *accountability* das empresas (BOUTEN et al., 2011).

Todavia, tem-se observado, que os relatórios socioambientais até agora publicados, são ainda bastante subjetivos, com muitas informações qualitativas e sem padronização, dificultando, deste modo, a comparabilidade das informações e afetando a credibilidade de algumas outras. Consequentemente, estes fatos vêm deixando a desejar a relação de transparência em relação à valoração das ações ambientais executadas, e também no emprego da contabilidade ambiental como fonte de informação e como forma de evidenciação (RIBEIRO; GASPARINO, 2006).

De acordo com Zilber, Caruzzo e Campanário (2011) as publicações dos relatos socioambientais tem procurado muito mais construir uma imagem positiva da empresa, do que propriamente demonstrar a transparência das ações reportadas, constituindo-se desta forma, como elementos de marketing empresarial. Cômico destes fatos, várias organizações

governamentais e não governamentais nacionais e internacionais vêm desenvolvendo e apresentando modelos para auxiliar e reforçar a evidenciação em relação ao gerenciamento das receitas, dos gastos e dos resultados socioambientais auferidos pelas empresas em geral.

Perante este enquadramento, particulariza-se a importância da atuação da contabilidade ambiental e da controladoria na contextualização da evidenciação ambiental. Ao considerar, que estas áreas geram e compartilham informações fidedignas, pois possuem acesso sobre a nomenclatura monetária das organizações; conhecem a capacidade instalada e produtiva de cada centro ou departamento da companhia; detém competência específica para melhorar e verificar a qualidade de dados e indicadores; realizam análises e reportam informações para orientar e apoiar os diversos gerentes no processo de tomada de decisões em áreas fundamentais como: orçamento, custos, investimentos, planejamento estratégico, controle e demais avaliações. Em síntese, por meio de uma atuação conjunta explana-se que estas duas áreas podem conduzir adequadamente o processo informacional, no que se refere às questões sociais e ambientais que permeiam o universo corporativo.

Segundo Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011) os ambientes com maior regulação têm influenciado o nível de evidenciação das empresas, e não apenas o nível de evidenciação de informações obrigatórias, mas também o nível de informações sociais. Com base no exposto, este estudo buscou analisar os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas de energia elétrica do Brasil, cuja atuação é regulada pela ANEEL e segue normativas e condutas próprias elaboradas para o setor.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como as empresas do setor de energia elétrica do Brasil estão reportando os seus conteúdos de caráter ambiental e busca responder a seguinte questão de pesquisa: **Como as empresas do setor de energia elétrica brasileiro estão reportando os indicadores ambientais propostos pela NBC T15?**

O presente estudo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico que oportuniza conhecimento e análise crítica sobre as temáticas que envolvem o campo da evidenciação ambiental. A terceira seção descreve o proceder metodológico e a operacionalização da pesquisa. Os resultados são apresentados na quarta seção e por fim, na quinta seção tem-se a conclusão deste estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 Contabilidade Ambiental e Controladoria: Base de Sistematização para a Evidenciação Ambiental

As empresas estão sendo pressionadas a serem social e ambientalmente mais responsáveis, no entanto, não basta serem, é imprescindível mostrar que são. Para isso, necessitam dispor de um sistema de controle gerencial que lhes permitam um efetivo conhecimento da sua verdadeira situação patrimonial, gerando informações úteis para uma previsão racional sobre a avaliação e o comportamento do macroambiente em que estão atuando (COSENZA; KROETZ, 2006).

Neste atual cenário vivenciado pelas organizações Herckert (2007) destaca que a contabilidade não pode mais se limitar apenas à escrituração e à mensuração quantitativa do patrimônio da empresa. Ela deve acompanhar a evolução tecnológica e às mudanças do mundo moderno, deve estar presente na luta pela preservação do ambiente natural, criando modelos eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos, buscando satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também, satisfazer eficazmente as necessidades do meio natural. Buscando, desta forma, harmonização entre patrimônio e meio ambiente.

Costa e Marion (2007, p. 21) advertem que a segregação das informações ambientais faz-se necessária à medida que permite uma maior ênfase no acompanhamento dos resultados entre períodos e empresas, proporcionando informações de maior qualidade para o processo

decisório, diante deste fato, caracteriza-se a necessidade de adaptações para o fornecimento de informações mais específicas e diferenciadas sobre o meio ambiente. Na visão Paiva (2003) a contabilidade buscou adequações e se desdobrou em mais uma ramificação, a Contabilidade Ambiental que se propõe a auxiliar no gerenciamento e na comunicação de informações ambientais entre organizações e sociedade.

A controladoria, enquanto ramo do conhecimento, apoiada pela teoria da contabilidade e com visão interdisciplinar, é responsável pelo estabelecimento de bases teóricas e conceituais necessárias à modelagem, à construção e à manutenção de sistemas de informação e modelo de gestão, que amparam as necessidades informativas dos gestores direcionando-os durante todo o processo de gestão para a tomada de decisões condizentes com os objetivos e metas da instituição (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2006).

Assim, põe-se em destaque a importância e o auxílio da contabilidade ambiental e da controladoria no âmbito organizacional. As quais podem ser exploradas como instrumentos institucionais, por deterem mecanismos técnicos e científicos para registro e controle apropriados para transmitir aos gestores e à sociedade todas as ações relacionadas com o meio ambiente de modo preciso, confiável e transparente. Para tanto, explana-se, que enquanto a contabilidade ambiental capta os dados necessários, a controladoria ambiental direciona o foco para a análise e providências a ser tomada, ou seja, como a empresa deverá agir operacionalmente com essas informações (MACEDO et al., 2011).

## 2.2 Disclosure Ambiental

De acordo com Niyama e Gomes (1996) o *disclosure* refere-se à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das informações contábeis, compreendidas como sendo relatórios que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

O *disclosure* também está relacionado ao conceito de transparência corporativa, como a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho operacional, financeiro, oportunidades de investimento, governança, valores e risco (BUSHMAN; PIOTROSK; SMITH, 2004). Neste sentido, o *disclosure* torna-se um compromisso inalienável da contabilidade para com seus usuários e com os seus próprios objetivos. Pois, as formas de evidenciação podem até variar, mas a essência deve ser sempre a mesma: proporcionar informações quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário (IUDÍCIBUS, 2004).

*Disclosure* ambiental é um conjunto de informações que relata passado, presente e futuro do desempenho e da gestão ambiental da companhia, assim como as implicações financeiras das ações e das decisões ambientais (BERTHELOT; CORMIER e MAGNAN, 2003 apud ROVER et al., 2012).

Gubiani, Santos e Beuren, (2012) esclarecem que no Brasil o *disclosure* ambiental não é obrigatório, porém existem algumas recomendações que objetivam orientar quanto aos aspectos relacionados à divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação n.º 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Norma e Procedimento de Auditoria n.º 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e a Resolução n.º 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprova a NBC T15.

Assim, ressalta-se para a importância de como e quais informações de ordem ambiental devem evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade, pois conforme discorre Sampaio et al. (2012), a falta de um padrão para o *disclosure* de indicadores ambientais, tem

tornado complexa a análise de indicadores e comparabilidade entre empresas do mesmo setor em suas diferentes necessidades.

### **2.3 Norma Contábil para Informes de Natureza Social e Ambiental**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou através da resolução 1.003/04 a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Nº15 (NBC T15), intitulada Informações de Natureza Social e Ambiental, que vigorou a partir de 1º de janeiro de 2006 (CFC, 2004).

A NBC T15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, seu objetivo é demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. De acordo com as diretrizes contidas nesta norma, as informações a serem evidenciadas devem estar relacionadas com: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente. A norma, também, dispõe que tais informações, quando divulgadas, devem ser entendidas como informação complementar às demonstrações contábeis, não devendo ser confundida com as notas explicativas. Pois, mesmo que a empresa divulgue as informações supracitadas nas Notas Explicativas ou no Relatório da Administração, ela precisa divulgá-las, além disso, em outro demonstrativo complementar, denominado Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental.

A norma reforça ainda, a questão da divulgação da responsabilidade social das entidades através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e orienta que as informações contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de profissional de contabilidade registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizado para garantir a integridade da informação. E que, a responsabilidade por informações não contábeis pode ser compartilhada com outros especialistas.

Vieira e Faria (2007) tomando como base NBC T15, realizaram uma pesquisa documental, para verificar se as maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira evidenciam, de maneira adequada, informações de responsabilidade social. Constatou-se que as demonstrações contábeis das 14 empresas selecionadas não evidenciam, com clareza, os eventos econômicos de natureza social, para as necessidades de informações de acionistas, fornecedores, clientes, funcionários, governo e sociedade em geral. Apenas quatro empresas, receberam conceito ótimo, por evidenciarem de maneira adequada as informações de responsabilidade social.

O estudo de Beuren et al. (2010) buscou averiguar se a evidenciação social no relatório da administração e nas notas explicativas das empresas de capital aberto está adequada às recomendações da NBC T15, comparando o exercício social de 2005, ano anterior, e o exercício social de 2007, ano posterior à entrada em vigor da referida norma. Constatou-se que a evidenciação social nos relatórios da administração e notas explicativas das 23 empresas de capital aberto analisadas, não se adequou às recomendações da NBC T15, quando comparada a evidenciação social do ano de 2005 com a evidenciação social do ano de 2007. Apesar do aumento de informações consideradas completas de um ano para outro, há predomínio da classificação Regular da evidenciação social consoante a NBC T15.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de natureza aplicada (VERGARA, 1997), em relação à obtenção de informações apresenta-se como uma pesquisa documental, por fazer uso da observação indireta e de fontes secundárias para a coleta de dados. Estas fontes foram os Relatórios Socioambientais de 2015, publicados pelas empresas do setor de energia elétrica em 2016 e disponibilizados no websites das empresas investigadas.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva; e quanto à abordagem pode-se afirmar que é quantitativa e qualitativa, que de acordo com Günther (2006) enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar-se das várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa.

Na exploração do material optou-se pela técnica de análise de conteúdo, por entender que esta técnica comporta a codificação de informações em categorias, auxiliando o processo de inferência dos conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2004) investigadas.

### 3.1 Universo e Amostra da Pesquisa

O universo deste estudo compreende as empresas com ações listadas na BM&FBOVESPA que publicaram informações socioambientais no ano de 2016 e participaram da iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado 2016”.

O Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, é uma recomendação da BM&FBOVESPA lançada em dezembro/2011, que tem por objetivo estimular as companhias a publicarem informações sociais, ambientais e de governança corporativa, propondo-se a disponibilizar um banco de dados de forma fácil e rápida a todos os *stakeholders*, especialmente investidores e analistas (BM&FBOVESPA, 2015).

Através do relatório publicado pela BM&FBovespa (2016) foi possível observar que as empresas do setor elétrico destacaram-se no *ranking* de empresas que publicaram relatórios socioambientais em 2016, com uma participação de 40 (quarenta) companhias certificando a publicação de seus relatórios socioambientais.

Durante a análise preliminar e coleta dos relatórios de sustentabilidade, constatou-se que, 02 (duas) das empresas listadas não disponibilizaram o relatório como haviam declarado a BM&FBOVESPA; 28 (vinte e oito) companhias apresentaram seus relatórios de forma consolidada, o que resultou na publicação 14 (quatorze) relatórios; as demais companhias (10) publicaram os seus relatórios de forma individual. Assim, a amostra desta pesquisa incidiu sobre 24 (vinte e quatro) relatórios socioambientais publicados em 2016 pelas empresas de energia elétrica do Brasil.

### 3.2 Coleta dos Dados

Para o processo de coleta dos dados observou-se a necessidade de utilizar um instrumento de análise que permitisse adequadamente explorar as informações ambientais, divulgadas pelas companhias. Para tanto, elaborou-se uma estrutura de análise dos informes ambientais, quadro 1, adaptada à partir do estudo de Nossa (2002) e Murcia et al. (2008), contemplando as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2004, através da NBC T15, item 15.2.4, que trata sobre as informações a serem evidenciadas pela entidade relativas à interação com o meio ambiente.

Quadro 1 - Estrutura para Análise dos Informes Ambientais

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
1. Informações Financeiras e Ambientais	1. Receitas ambientais
	2. Ativos ambientais
	3. Passivos ambientais
	4. Impactos negativos e riscos ambientais
	5. Contingências ambientais
	6. Investimentos ou gastos com manutenção dos processos operacionais
	7. Investimentos ou gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
	8. Investimentos ou gastos com projetos ambientais

	9. Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade
	10. Multas e indenizações relativas à matéria ambiental, administrativa e/ou judicial
2. Educação e pesquisa ambiental	11. Educação ambiental para colaboradores internos
	12. Educação ambiental para a comunidade
	13. Pesquisas relacionadas ao meio ambiente

Fonte: Adaptado de Nossa (2002), CFC (2004) e Murcia et al. (2008).

Para analisar a quantidade de indicadores divulgados considerou-se a seguinte pontuação: 0 (zero) – Não divulgado e 1 (um) – Divulgado.

Para compor a análise em relação à forma de apresentação (característica da informação) dos conteúdos reportados, tomou-se como guia a estrutura de análise utilizada por Nossa (2002) que se baseou no trabalho de Gray, Kouhy e Lavers (1995). Nestes termos, relacionou-se a seguinte classificação para o tipo de evidenciação apresentada pelas companhias:

- Declarativa – refere-se à informação prestada de ordem qualitativa, expressa em termos descritivos;
- Quantitativa monetária - refere-se à informação quantitativa, expressa em números de natureza financeira;
- Quantitativa não monetária - refere-se à informação quantitativa, expressa em números de natureza não financeira;

Com o objetivo de constituir poder de análise sobre a forma de evidenciação, atribuiu-se a nota 1(um) para cada tipo de apresentação relacionada acima. Os três tipos de caracterização da informação permitem agrupamentos entre si, desta forma, a pontuação variou entre 1, 2 e 3, sendo 3 a pontuação máxima a ser alcançada por cada item evidenciado. Neste sentido, compreende-se que a informação que atingiu a pontuação máxima oportuniza ao usuário da informação, poder de compreensão e condições de comparabilidade por ser evidenciada de forma mais completa.

### 3.3 Análise Estatística e Interpretação dos Dados

As primeiras análises foram organizadas e estruturadas a partir da estatística descritiva e inferencial. Objetivando calcular o nível de *disclosure* ambiental alcançado pelas companhias investigadas, aplicou-se a equação para cálculo do nível de *disclosure*, demonstrada no quadro 2, que foi aplicada anteriormente por Malaquias e Lemes (2013) com base no trabalho de Lopes e Rodrigues (2007).

Quadro 2 – Equação para cálculo do nível de *disclosure*

$S = \sum_{i=1}^n d_i \quad (1)$	$T = \sum_{i=1}^n q_i \quad (2)$	$Indice = \frac{S}{T} \times 100 \quad (3)$
Em que:		
S: score total para cada empresa, de acordo com o relatório analisado;		
i: número de início para as questões do instrumento a serem verificadas;		
n: número limite para a variação do somatório;		
di: o <i>disclosure</i> de cada item do instrumento (1, se evidenciado; 0, se não evidenciado);		
T: total do número de questões aplicáveis a cada empresa;		
qi: cada pergunta que deverá ser aplicada (1, se a variável for aplicável; 0, se não);		
Índice: índice de <i>disclosure</i> apresentado pela empresa em determinado período		

Fonte: Malaquias e Lemes (2013), baseado em Lopes e Rodrigues (2007).

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise da Evidenciação das Informações Financeiras e Ambientais

O primeiro aspecto investigado em relação às Informações Financeiras e Ambientais incidiu em verificar a ocorrência da evidenciação ou não, dos indicadores (variáveis)

agrupados no contexto dessa categoria. Os resultados obtidos foram organizados e relacionados no quadro 3, que demonstra o ranking da divulgação alcançado por cada empresa em relação ao total das variáveis observadas.

Quadro 3 – Ranking da evidenciação dos informes financeiros e ambientais

Empresa/Grupo	1.Receitas Ambientais	2.Ativo Ambientais	3.Passivo Ambiental	4.Impactos negativos ou riscos ambientais	5.Contingências Ambientais	6.Invest. ou gastos com manutenção dos processos operacionais	7.Invest. ou gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	8.Invest. ou gastos com projetos ambientais	9.Processos ambientais, administ. e judiciais movidos contra a entidade	10.Multas e Indeniz. relativas à matéria ambiental	Total
ENGIE	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	7
CEMIG	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	6
COPEL	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	6
CTEEP	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	6
ELEKTRO	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	6
LIGHT	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	6
ENEL	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	5
EDP	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	5
CEEE-GT	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	5
AES SUL	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
AES TIETE S.A.	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
CELESC	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
CELPA	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	4
CESP	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	4
CPFL	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	4
DUKE ENERGY	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
RENOVA	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
NEOENERGIA	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	3
ELETROBRAS	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3
CEEE-D	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	3
ELETROPAULO	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	3
ENERGISA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	3
TAESA	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
EMAE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>101</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 3 permite uma visão compartilhada sobre os indicadores que foram evidenciados pelas companhias em seus respectivos relatórios de sustentabilidade. Logo, é possível reparar que a empresa ENGIE, que está em processo de transição e anteriormente era denominada TRACTEBEL, foi à única empresa que evidenciou o maior número de variáveis (07), enquanto a EMAE não evidenciou nenhuma das variáveis agrupadas. Em síntese, observa-se que, evidenciaram 06 (seis) variáveis as empresas LIGTH, ELEKTRO, CTEEP, COPEL e CEMIG; as companhias CEEE-GT, EDP e ENEL informaram 05 (cinco) variáveis; com a divulgação de 04 (quatro) relacionam a RENOVA, DUKE ENERGY, CPFL, CESP, CELPA, CELESC, AES TIETE e AES SUL; com 03 (três) variáveis evidenciadas estão a ENERGISA, ELETROPAULO, CEEE-D, ELETROBRÁS e NEOENERGIA; e com apenas 02 (duas) variáveis divulgadas está a TAESA.

Na tabela 1 apresentam-se os resultados descritivos relacionados às dez variáveis que compõem a categoria informações financeiras e ambientais.

Tabela 1 - Resultados descritivos da evidenciação dos informes financeiros e ambientais

Informações Financeiras e Ambientais	Observações	Frequência	Média	Mediana	Moda
Investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	24	20	0,83	1	1
Impactos negativos e/ou riscos ambientais	24	19	0,79	1	1
Investimentos e gastos com preservação e/ou	24	19	0,79	1	1

recuperação de ambientes degradados					
Investimentos ou gastos com projetos ambientais	24	18	0,75	1	1
Multas e Indenizações	24	12	0,50	1	0 <sup>a</sup>
Processos ambientais, judiciais e administrativos movidos contra a entidade	24	5	0,21	0	0
Receita Ambiental	24	3	0,13	0	0
Passivo Ambiental	24	3	0,13	0	0
Contingências Ambientais	24	2	0,08	0	0
Ativo Ambiental	24	0	0,00	0	0

a. Há várias modas. O menor valor é mostrado

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o aspecto da evidenciação dos informes financeiros e ambientais, é possível identificar um desalinhamento informativo, pois apenas 05 (cinco) variáveis entre as 10 (dez) relacionadas, alcançaram uma média a partir de 0,50, todavia, estas não ultrapassaram 0,83 que foi pontuação máxima alcançada entre os informes. Os outros 05 (cinco) indicadores restantes, que compõem o conjunto investigado, obtiveram uma distribuição que variou entre 0% a 21%.

Verifica-se, que as 04 (quatro) variáveis que obtiveram menor média: receita ambiental (0,13), passivo ambiental (0,13), contingências ambientais (0,08) e ativo ambiental (0,00) são informações de procedência estritamente contábil, ou seja, são dados resultantes da escrituração contábil, e, portanto, deveriam constar nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado), caso, estas companhias fizessem o registro dos fatos ambientais em contas específicas. Em síntese, observa-se a ausência e/ou baixa evidenciação de variáveis que procedem da contabilidade.

Um segundo aspecto investigado junto às informações financeiras e ambientais teve como objetivo relacionar as formas (características) de apresentação dos indicadores evidenciados. Os resultados obtidos estão contemplados na tabela 2.

Tabela 2 – Formas de apresentação da evidenciação dos informes financeiros e ambientais.

Informes Financeiros e Ambientais	Forma de Apresentação							Total
	D	QNM	QM	D + QNM	D + QM	QNM + QM	D + QNM + QM	
Investimento ou gastos com manutenção dos processos operacionais	1	0	7	1	8	0	3	<b>20</b>
Possíveis impactos ou riscos ambientais	17	0	0	0	2	0	0	<b>19</b>
Investimentos ou gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3	1	2	5	6	0	2	<b>19</b>
Investimentos ou gastos com projetos ambientais	4	2	0	2	7	0	3	<b>18</b>
Multas e Indenizações relativas à matéria ambiental	3	0	1	0	2	2	4	<b>12</b>
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	0	2	0	0	0	2	<b>5</b>
Passivo Ambiental	2	0	1	0	0	0	0	<b>3</b>
Receita Ambiental	0	0	0	0	1	0	2	<b>3</b>
Contingências Ambientais	0	0	1	0	1	0	0	<b>2</b>
Ativo Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>101</b>

Nota: D = Declarativa. QNM = Quantitativa não monetária. QM = Quantitativa monetária. D+QNM = Declarativa e quantitativa não monetária. D+QM = Declarativa e quantitativa monetária. QNM+QM = Quantitativa não monetária e quantitativa monetária. D+QNM+QM = Declarativa, quantitativa não monetária e quantitativa monetária.

Fonte: Dados da pesquisa

Diante dos resultados disponibilizados na tabela 2, constata-se que as informações evidenciadas nos relatórios socioambientais podem se prospectar de diferentes formas, nesta apuração de forma específica, foi possível observar até 07 (sete) configurações diferentes, utilizadas para evidenciar os informes financeiros e ambientais. Frente a este fato, pode-se afirmar que a possibilidade de comparação entre tais informações é consideravelmente afetada por não haver uma distribuição uniforme na forma de relatar. Pois, como ressalta Ribeiro, Carmo e Carvalho (2013, p.15) “a uniformidade é o principal indicador de comparabilidade entre as companhias, ou seja, quanto mais uniforme as informações divulgadas, maior é o poder de comparar uma empresa com outra”.

## 4.2 Análise da Evidenciação sobre Educação e Pesquisa Ambiental

Demonstra-se no quadro 4 o ranking da evidenciação dos indicadores que compõem a categoria Educação e Pesquisa Ambiental.

Quadro 4 – Ranking da evidenciação sobre investimentos em educação e pesquisa ambiental

Empresa/Grupo	11.Investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores interno	12.Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	13.Pesquisas ambientais	Total
Celpe	1	1	1	3
Cesp	1	1	1	3
Emae	1	1	1	3
Aes Tiete S.A.	0	1	1	2
Neoenergia	1	0	1	2
Enel	1	0	1	2
Cemig	0	1	1	2
Eletrobras	1	0	1	2
Ceee-D	1	1	0	2
Ceee-Gt	1	1	0	2
Cteep	1	1	0	2
Duke Energy	0	1	1	2
Elektro	1	1	0	2
Energisa	1	1	0	2
Taesa	1	1	0	2
Aes Sul	1	0	0	1
Edp	0	0	1	1
Copel	0	0	1	1
Cpfl	0	0	1	1
Eletropaulo	0	0	1	1
Engie	0	1	0	1
Light	0	0	1	1
Renova	0	1	0	1
Celesc	0	0	0	0
Total	13	14	14	41

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos dados relacionados no quadro 4 constata-se um baixo volume de informações evidenciadas, tendo em vista, que apenas 03 (três) relatórios relacionaram informações dos 03 (três) indicadores investigados. Dentre os demais, verifica-se que um quantitativo de 12 (doze) relatórios trouxeram informes relacionados a 02 (dois) indicadores e 08 (oito) evidenciaram apenas um dos indicadores em análise, por último, nota-se, que o relatório publicado pela empresa CELESC não evidenciou nenhum dos itens averiguados. Na tabela 3 demonstram-se os resultados da estatística descritiva para a categoria em análise.

Tabela 3 – Resultados descritivos da evidenciação da categoria educação e pesquisa ambiental.

<b>Educação e Pesquisa Ambiental</b>	<b>Observações</b>	<b>Frequência</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Moda</b>
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	24	14	0,58	1	1
Investimento ou gastos com pesquisas ambientais	24	14	0,58	1	1
Investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores interno	24	13	0,54	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos através da estatística descritiva (tabela 3) confirmam que o nível de evidenciação para a categoria em análise atingiu uma média máxima de 0,58 para investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade e com pesquisas ambientais respectivamente. Os investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores internos alcançou uma média de apenas 0,54. Os autores Guabiani, Santos e Beuren (2012) identificaram em sua pesquisa a ocorrência de um *disclosure* satisfatório para as variáveis observadas nesta categoria, principalmente no que tange a variável educação ambiental. No entanto, em relação aos achados revelados para a categoria educação e pesquisa ambiental, não cabe fazer a mesma afirmativa, entendendo que as médias alcançadas pelas companhias do setor elétrico sob estas variáveis, permitem afirmar a ocorrência de um *disclosure* de nível razoável.

O segundo aspecto investigado em relação à categoria educação e pesquisa ambiental objetivou relacionar as formas (características) de apresentação dos indicadores (variáveis) evidenciados. Os resultados podem ser contemplados na tabela 4.

Tabela 4 - Forma de apresentação da evidenciação da categoria educação e pesquisa ambiental

<b>Educação e Pesquisa Ambiental</b>	<b>Forma de Apresentação</b>							<b>Total</b>
	<b>D</b>	<b>QNM</b>	<b>QM</b>	<b>D + QNM</b>	<b>D + QM</b>	<b>QNM + QM</b>	<b>D + QNM + QM</b>	
Investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores interno	1	3	3	3	2	0	1	<b>13</b>
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	3	2	1	6	1	0	1	<b>14</b>
Investimento ou gastos com pesquisas ambientais	6	0	6	0	2	0	0	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>41</b>

Nota: D = Declarativa. QNM = Quantitativa não monetária. QM = Quantitativa monetária. D+QNM = Declarativa e quantitativa não monetária. D+QM = Declarativa e quantitativa monetária. QNM+QM = Quantitativa não monetária e quantitativa monetária. D+QNM+QM = Declarativa, quantitativa não monetária e quantitativa monetária.

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 4 permite constatar que as possíveis formas de apresentação da evidenciação dos indicadores que compõem a categoria em análise se prospectaram de até seis formas diferentes. Dentre as formas mais utilizadas destacam-se: a forma declarativa (10), a quantitativa monetária (10) e a declarativa e quantitativa não monetária (09). É possível verificar que a evidenciação contendo as três possíveis formas apresentação (declarativa, quantitativa não monetária e quantitativa monetária), ou seja, a informação em sua completude, só foi encontrada em 02 (dois) relatórios. Especificando a divulgação de investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores internos e a outra educação ambiental para a comunidade.

### 4.3 Análise do Índice de Disclosure Ambiental

Os cálculos do índice do *disclosure* ambiental estão agrupados na tabela 5, sendo possível observar os scores máximos atingidos em relação às duas categorias investigadas e o *Ranking* obtido pelas companhias.

Tabela 5 – Análise do Índice de *disclosure* ambiental das empresas de energia elétrica no Brasil.

Empresa/Grupo	Informações Financeiras e Ambientais		Educação e Pesquisa Ambiental		Ranking	
	Score	ID %	Score	ID %	Score Total	ID % Total
CEMIG	6	0,60	2	0,67	8	0,62
CTEEP	6	0,60	2	0,67	8	0,62
ELEKTRO	6	0,60	2	0,67	8	0,62
ENGIE	7	0,70	1	0,33	8	0,62
CESP	4	0,40	3	1,00	7	0,54
CELPA	4	0,40	3	1,00	7	0,54
ENEL	5	0,50	2	0,67	7	0,54
CEEE-GT	5	0,50	2	0,67	7	0,54
LIGHT	6	0,60	1	0,33	7	0,54
COPEL	6	0,60	1	0,33	7	0,54
AES TIETE S.A.	4	0,40	2	0,67	6	0,46
DUKE ENERGY	4	0,40	2	0,67	6	0,46
EDP	5	0,50	1	0,33	6	0,46
NEOENERGIA	3	0,30	2	0,67	5	0,38
ELETROBRAS	3	0,30	2	0,67	5	0,38
CEEE-D	3	0,30	2	0,67	5	0,38
ENERGISA	3	0,30	2	0,67	5	0,38
AES SUL	4	0,40	1	0,33	5	0,38
CPFL	4	0,40	1	0,33	5	0,38
RENOVA	4	0,40	1	0,33	5	0,38
TAESA	2	0,20	2	0,67	4	0,31
ELETROPAULO	3	0,30	1	0,33	4	0,31
CELESC	4	0,40	0	0,00	4	0,31
EMAE	0	0,00	3	1,00	3	0,23
<b>Total Geral</b>	<b>101</b>	<b>10,1</b>	<b>41</b>	<b>13,7</b>	<b>142</b>	<b>10,92</b>
<b>Média Geral</b>	<b>4</b>	<b>0,42</b>	<b>2</b>	<b>0,57</b>	<b>6</b>	<b>0,46</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Destacam-se, na tabela 5 as médias alcançadas pelas companhias investigadas, constata-se que a maior média em relação ao índice de *disclosure* total foi 0,62, e foi alcançada por apenas quatro organizações, CEMIG, CTEEP, ELEKTRO e ENGIE. A menor média (0,23) foi da companhia EMAE, que não evidenciou nenhum dos indicadores que compõem a categoria Informações Financeiras e Ambientais. A média geral dentre as companhias foi de apenas 0,46. Em relação aos indicadores investigados e que compõem os resultados ora demonstrados decorrem de diretrizes emanadas pela NBC T15, neste sentido, os achados de Pereira, Moraes Luz e Carvalho (2015) reforçam os resultados desta pesquisa, ao constarem seu estudo, que as empresas do setor elétrico apresentaram um nível de evidenciação entre regular e ruim e relacionam este desfecho ao fato da norma brasileira de contabilidade – NBC T15, não ser obrigatória.

Por fim, apresenta-se na tabela 6, o índice de *disclosure* ambiental calculado quanto à forma de apresentação da evidenciação (declarativa, quantitativa não monetária, quantitativa monetária).

Tabela 6 - Índice de *disclosure* ambiental quanto à forma de apresentação da evidenciação

Empresa/Grupo	Informações Financeiras e Ambientais		Educação e Pesquisa Ambiental		Ranking	
	Score	ID %	Score	ID %	Score Total	ID % Total
CEMIG	13	0,43	3	0,33	16	0,41
CESP	6	0,20	8	0,89	14	0,36
ENGIE	12	0,40	2	0,22	14	0,36
ENEL	11	0,37	2	0,22	13	0,33
CTEEP	10	0,33	3	0,33	13	0,33
CELPA	8	0,27	4	0,44	12	0,31
ELEKTRO	10	0,33	2	0,22	12	0,31
LIGHT	11	0,37	1	0,11	12	0,31
CEEE-GT	7	0,23	4	0,44	11	0,28
COPEL	10	0,33	1	0,11	11	0,28
DUKE ENERGY	7	0,23	3	0,33	10	0,26
CEEE-D	5	0,17	4	0,44	9	0,23
CPFL	8	0,27	1	0,11	9	0,23
RENOVA	7	0,23	2	0,22	9	0,23
EDP	7	0,23	1	0,11	8	0,21
CELESC	8	0,27	0	0,00	8	0,21
AES SUL	6	0,20	1	0,11	7	0,18
AES TIETE S.A.	5	0,17	2	0,22	7	0,18
ELETRONBRAS	5	0,17	2	0,22	7	0,18
TAESA	3	0,10	4	0,44	7	0,18
NEOENERGIA	4	0,13	2	0,22	6	0,15
ELETROPAULO	4	0,13	1	0,11	5	0,13
ENERGISA	3	0,10	2	0,22	5	0,13
EMAE	0	0,00	3	0,33	3	0,08
<b>Total Geral</b>	<b>170</b>	<b>5,67</b>	<b>58</b>	<b>6,44</b>	<b>228</b>	<b>5,85</b>
<b>Média Geral</b>	<b>7</b>	<b>0,24</b>	<b>2</b>	<b>0,27</b>	<b>10</b>	<b>0,24</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados da tabela 6 revelam um baixo índice de *disclosure* ambiental quando se relaciona a informação evidenciada e o conteúdo apresentado na evidenciação dos indicadores investigados, pois se verifica que a média geral alcançada foi de apenas 0,24. Dentre os índices relacionados por companhia é possível observar que a maior média obtida foi de apenas 0,41, impetrada pela empresa CEMIG que também ocupou a melhor posição na análise anteriormente demonstrada, desta forma, constata-se, que esta empresa é a que mais evidencia as variáveis ambientais e com um maior índice de qualidade informacional.

De modo geral, os achados aqui demonstrados permitem confirmar que, as informações evidenciadas nos relatórios socioambientais são discrepantes entre as empresas do setor elétrico e não existe uma forma padronizada para relatar as informações ambientais, principalmente àquelas de origem contábil. Na sequência, apresenta-se a conclusão deste estudo.

## 5 CONCLUSÃO

Por meio da análise de conteúdo, o presente estudo buscou analisar como as empresas do setor de energia elétrica do Brasil, estão reportando os conteúdos de caráter ambiental propostos pela NBC T15, em seus relatórios socioambientais.

Os resultados permitiram constatar que a forma de evidenciação do tipo declarativa é preeminente nos relatórios socioambientais. E que, a forma completa de evidenciação para os itens ambientais que predispõe de informações de forma: declarativa, quantitativa monetária, e quantitativa não monetária foram relatadas apenas 19 (dezenove) vezes, em relação ao total

de 142 (cento e quarenta e duas) evidências catalogadas. Logo, é possível observar que vem ocorrendo nos relatórios socioambientais um baixo nível de assimetria informacional.

Foi possível observar que os indicadores ambientais reportados nos relatórios socioambientais divulgados pelas empresas do setor de energia elétrica brasileiro, não seguem uma forma padronizada e uniforme de divulgação. Fato este, que tende a dificultar a realização de análises comparativas do desempenho ambiental entre empresas do mesmo setor e que atuam em ambiente institucional similar.

De modo geral, foi possível constatar que a NBC T15, especificamente, no item 15.2.4, que trata da Interação com o Meio Ambiente é relatada de forma genérica e não orienta devidamente os relatores, fato este, que pode ser uma das causas em relação à baixa evidência dos indicadores elencados pela citada norma. Conforme enfatiza Cosenza e Kroetz (2006), a atitude dos organismos que regulam as práticas contábeis não pode ser passiva diante das atuais demandas exigidas pelos *stakeholders*, e eles tampouco podem continuar emitindo recomendações descritivas sem explicitar os procedimentos operativos. Desta forma, salienta-se que os aspectos social, ambiental e de recursos humanos, devem ser apresentados de maneira que possibilitem análise comparativa com base em metodologias definidas cientificamente a partir da teoria contábil.

Atualmente as companhias necessitam demonstrar eficiência no uso dos recursos naturais e manter um gerenciamento eficaz, buscando a mitigação dos impactos e riscos ambientais e conseqüentemente minimizar as despesas e custos relacionados às questões ambientais. Logo, os indicadores ambientais devem ser incorporados aos demonstrativos contábeis e gerenciais, pois seus impactos tendem a aparecer sobre os resultados empresariais. De forma particular, este estudo buscou enfatizar a importância da Contabilidade Ambiental e da Controladoria como base de sistematização no processo de evidência dos informes de natureza ambiental, tendo em vista, que estas duas áreas podem atuar como elo estrutural no acompanhamento e compartilhamento de informações socioambientais, e desta forma equalizar o nível da evidência ambiental.

Ressalta-se que os achados desta pesquisa são contributivos por esclarecerem como as empresas do setor de energia elétrica do Brasil, estão atendendo as diretrizes emanadas pela NBC T15 e como estão relatando seus impactos positivos e negativos, em relação ao meio ambiente.

Recomenda-se, para futuros trabalhos aprofundar a pesquisa, investigando todos os indicadores propostos pela NBC T15.

## REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. Adequação da evidência social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. *RCO - Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 8, p. 50-68, jan./abr. 2010.
- BIANCHI, M.; BACKES, R. G.; GIONGO, J. Participação da controladoria no processo de gestão organizacional. *ConTexto*, v. 6, n. 10, p. 1-23, 2006.
- BM&FBOVESPA. *BM&FBOVESPA divulga resultados do "Relate ou Explique" 2015*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Anexo-4-Release-Relate-ou-Explique-2015.pdf>>. Acesso em: 23 set 2015.

- BM&FBOVESPA. *Transparência de informações ESG: empresas listadas 2016*. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/)>. Acesso em: 15 out 2016.
- BOUTEN, L.; EVERAERT, P.; VAN LIEDEKERKE, L. ; DE MOOR, L.; CHRISTIAENS, J. Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? *Accounting Forum*, v. 35, n. 3, p. 187-204, 2011.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency? *Journal of Accounting Research*, v. 42, n. 2, p. 207-252, May, 2004.
- CFC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). *Resolução CFC nº 1.003/04*. Aprova a NBC T15 – Informações de natureza social e ambiental. 2004. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2004/001003](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003)>. Acesso em 29 nov. de 2016.
- COSENZA, J. P.; KROETZ, C. E. S. Formas de apresentação da informação social e ambiental. *Pensar Contábil*, v.8, n.33, p.5-19, 2006.
- COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista de Contabilidade e Finanças da USP*, v. 18, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. *Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)*. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 7, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2012.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004.
- HERCKERT, W. Patrimônio e o entorno meio ambiental natural. *Universo Jurídico*, ano XI, 05 abr. 2007. Disponível em: <[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3617/patrimonio\\_e\\_o\\_entorno\\_meio\\_ambiental\\_natural](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3617/patrimonio_e_o_entorno_meio_ambiental_natural)>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for financial instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the portuguese stock exchange. *The Journal of Accounting*. v.42, n. 1, p. 25-56, 2007.
- MACEDO, S. B.; ROSA, A. E. A.; RAMOS, T. P.; SOUZA, A. G. O.; MARTINS, P. L. Controladoria ambiental na mineração: um estudo de caso na Emfx–Mineração Ltda. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), 8., 2011, Resende, RJ. *Anais...* Resende, RJ: Associação Educacional Dom Bosco, 2011.
- MALAQUIAS, R. F.; LEMES, S. *Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras*. *Brazilian Business Review*, v. 10, n.3, p. 85-112, jul./set., 2013.
- MURCIA, F. D-R.; ROVER, S.; SOUZA, F. C., BORBA, J. A. Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: Proposta de uma estrutura para análise do *disclosure ambiental das empresas brasileiras*. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 2, n. 2, p. 88-104, maio/ago. 2008.
- NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15., 1996, Brasília. *Anais...* Brasília: CFC, 1996.

- NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PAIVA, P. R. *Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação*. São Paulo: Atlas, 2003.
- PEREIRA, F. E.; MORAIS LUZ, J. R.; CARVALHO, J. R. M. Evidenciação das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 3, n. 2, p. 60-72, maio/ago. 2015.
- RIBEIRO, A. M.; CARMO, C. H. S.; CARVALHO, L. N. G. Evidenciação ambiental: regulamentar é a solução para falta de comparabilidade e objetividade? *Revista de Contabilidade e Organizações*, v.7, n. 17, p. 6-21, 2013.
- RIBEIRO, A. M.; VAN BELLEN, H. M.; CARVALHO, L. N. G. Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 22, n. 56, p. 137-154, maio/ago. 2011.
- RIBEIRO, M. S.; GASPARINO, M. F. *Evidenciação ambiental: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil*. 2006. Disponível em: <[www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos62006/180.pdf](http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos62006/180.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v.47, n.2, p.217-230, abr. /jun. 2012.
- SAMPAIO, M. S., GOMES, S. M. S., BRUNI, A. L., DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.
- SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 3, p. 146-176, 2011.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.
- VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. *Revista Universo Contábil*, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.
- ZILBER, S. N.; CARUZZO, M.; CAMPANÁRIO, M. A. Uso de contabilidade ambiental e seus reflexos nos resultados das empresas. *Revista Alcance*, v. 18, n. 1, p. 24-42, 2011.